



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Marins de Oliveira, Maria Cecília
Políticas e investimentos do Governo do Paraná na rede pública de ensino (1889-1930)
EccoS Revista Científica, vol. 8, núm. 2, julho-dezembro, 2006, pp. 385-405
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71580207>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

POLÍTICAS E INVESTIMENTOS DO GOVERNO DO PARANÁ NA REDE PÚBLICA DE ENSINO (1889-1930)

Maria Cecília Marins de Oliveira

Doutora em Educação – USP;
Professora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
– UFPR. Curitiba – PR [Brasil]
cecioliveira@onda.com.br

A
R
T
I
G
O
S

O estudo acerca dos investimentos do Governo do Estado do Paraná na instrução pública, entre 1889 e 1930, realizou-se mediante o levantamento de dados sobre a receita e a despesa do Estado, considerando os títulos de impostos que interferiram nas previsões para a educação e nos investimentos sociais e econômicos. A pesquisa recorreu a fontes bibliográficas e documentais originais, fundamentando-se no método histórico e comparativo, e buscou analisar as relações econômico-financeiras do Estado com a educação e as legislações, para conhecer a organização e a dinâmica educacional que se delinearam no início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Financiamento. Governo. Investimento.

EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 385-405, jul./dez. 2006.

385

1 Introdução

As oportunidades educacionais, amplamente discutidas em fóruns que tratam de questões sobre a educação, não constituem resultado unicamente da vontade ou da decisão legal estabelecida, como se, num passe de mágica, as discriminações, limitações, inacessibilidades e dificuldades pudessem ser resolvidas. A vontade e a decisão legal fundamentam a acessibilidade à educação porque são partes implícitas dos princípios que norteiam projetos e, principalmente, investimentos alocados para a consecução dos objetivos. Tratar de oportunidades educacionais implica discutir políticas e investimentos governamentais, em nível federal ou estadual, e envolve um amplo trabalho de pesquisa que auxilie a descobrir o trabalho feito por governos anteriores em relação a essa área. Em posse dessas informações, é possível ter uma noção mais clara da fase em que se encontram as políticas e as condições de recursos destinados aos investimentos na educação.

Dessa maneira, o estudo sobre o financiamento do ensino primário visa a elucidar a sistemática pela qual o Governo do Paraná custeou a rede escolar de ensino primário, considerando as instalações, os equipamentos e os professores em suas diversas categorias funcionais, nas primeiras décadas do século XX. As alterações de recursos ocorreram em face do aumento do número de professores formados pela Escola Normal e sua locação, conforme a classificação das escolas prevista nos regulamentos. Os recursos dependiam da situação econômica do Estado, que viveu fases de maior e menor prosperidade, em razão de sua principal produção, à época, a erva-mate, que sofria a concorrência da economia erva-teira argentina. Neste estudo, foram empregados os seguintes métodos: histórico, mediante a aplicação das técnicas da heurística, da crítica e da hermenêutica, e o comparativo para estabelecer correlações de ordem política, econômica, social e educacional, inclusive entre setores do governo que requeriam

investimentos, de acordo com as emergências políticas e econômicas. As fontes bibliográficas ajudaram na reconstituição do período em estudo, enquanto as documentais, com base em dados originais, possibilitaram a análise e a reflexão sobre as políticas e os investimentos governamentais na época.

O orçamento do Estado, tanto a receita quanto a despesa, entre 1889 e 1930, teve o objetivo de verificar os recursos destinados à Secretaria a que se subordinava a Instrução Pública e outros serviços, como o da Força Pública, para aparelhar as tropas, e o Serviço Sanitário, para programas de vacinação, higiene e combate às epidemias. Verificou-se, também, a destinação de verbas à Secretaria de Obras Públicas e Colonização que absorveu boa parte da receita para aplicá-la nas vias de comunicação e no assentamento de colonos, para os quais se criavam escolas e nomeavam-se professores (PARANÁ [Estado], 1889-1929).

Na previsão orçamentária, a arrecadação estadual, em determinadas fases, refletiu-se diretamente na distribuição de rendas às Secretarias de Estado e, nesse caso, à Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. A oscilação da economia paranaense repercutiu na verba para a instrução pública, determinando maior ou menor destinação de recursos, devido a questões econômico-financeiras do governo (OLIVEIRA, 1994).

Este artigo, além do levantamento da receita e despesa do Estado e dos títulos de impostos que interferiram nas previsões para a educação e nos investimentos sociais e econômicos no período citado, recorreu a fontes bibliográficas e a documentos originais, fundamentando-se no método histórico e comparativo, para analisar as relações econômico-financeiras do Estado com a educação e as legislações, visando a compreender a organização e a dinâmica educacional do início do século XX.

2 Instabilidade política interfere na alocação de recursos

As constantes mudanças de governos provisórios, impedindo o encaminhamento das atividades governamentais num clima de tranqüilidade, levou o governo paranaense, nos anos seguintes à Proclamação da República, a enfrentar um período de grande instabilidade política. Essa situação de indefinição repercutiu nas atividades políticas, no andamento de obras públicas e na própria sociedade paranaense, gerando perturbações de ordem econômica e social. As finanças estaduais encontravam-se abaladas pela queda na exportação da erva-mate, sua principal fonte de renda, e da madeira que enfrentavam séria concorrência externa, além dos endividamentos do governo que apresentavam um “déficit” crônico na balança orçamentária.

Os investimentos se faziam urgentes no setor rodoviário, responsável pelo escoamento da produção, embora outros setores, como o da Instrução Pública, fossem carentes de investimentos. O quadro econômico tornou-se mais comprometido com os acontecimentos que marcaram a passagem para o novo regime político, como a mudança nas relações de trabalho, da escravidão para o trabalho assalariado, as dissensões entre os partidos políticos, liberal e republicano, e, em seguida, o Movimento Revolucionário Federalista, deflagrado em 1892, que acarretou mais dificuldades financeiras para o Estado (OLIVEIRA, 1994).

Diante de tantas dificuldades, o Governo do Estado efetuou cortes nas despesas para reduzir gastos públicos, com receita prevista de 885:513 contos de réis. Na arrecadação, incluiu-se a taxa escolar, no valor de 2 mil réis anuais por família e, ainda, no orçamento das despesas, a previsão de 152:100 contos de réis para a Instrução Pública que, no orçamento anterior, havia sido calculada em 130:356 contos e 468 réis, dos quais 105:956 contos e 468 réis foram destinados ao ensino primário. Embora o segundo orçamento das despesas previsse redução de gastos com obras públicas, no valor de 25:877 contos e

860 réis, contraditoriamente determinou que a sobra de verba, no valor de 193:141 contos e 67 réis, fosse aplicada em obras públicas e outros serviços urgentes (PARANÁ [Estado], 1912a; 1912b).

A comissão designada para elaborar o novo orçamento evidenciou os setores mais preocupantes: obras públicas e instrução pública. A inclusão da taxa escolar para a receita de 1890 pretendia captar recursos para a educação, idéia, aliás, concebida por Rui Barbosa, em 1882, quando propôs a criação de um fundo escolar (MELCHIOR, 1981). Um dos itens que compuseram a lista de captação de recursos para esse fundo serviu de base à elaboração do Regulamento da Taxa Escolar (PARANÁ [Estado], 1912a; 1912b), decretado em conjunto com o novo orçamento.

O primeiro Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, em 1890 (PARANÁ [Estado], 1929a), não tratou desse fundo escolar, que foi implantado pelo regulamento seguinte, em 1891 (PARANÁ [Estado], 1911). O título que tratava do fundo escolar estabeleceu oito itens – entre os quais a taxa escolar – para a captação de recursos. A aplicação de recursos, semelhante ao fundo previsto na reforma para o Distrito Federal, destinar-se-ia ao custeio da instrução primária, e a outra metade, para o aumento do fundo. A elevação da renda total do fundo escolar, aplicada às despesas futuras com a instrução primária, desobrigaria o governo de assumir compromisso com esse setor (PARANÁ [Estado], 1911). Para evitar que a verba fosse aplicada em outros setores ou se alocassem recursos que pudessem aumentar o endividamento, optou-se por vincular recursos específicos à educação.

A aprovação do regulamento, em 1891, abrangeu também o Quadro do Pessoal da Instrução Pública (PARANÁ [Estado], 1911), que passou a vigorar em abril daquele ano. Além das despesas com os professores, previstas no quadro, havia no regulamento a previsão de gastos com mobília escolar, aluguéis, limpeza, construção de casas escolares, organização de bibliotecas e bolsas de estudo para professores cursarem a Escola Normal.

A divisão do ensino primário em 1º grau ou elementar e 2º grau ou superior, conforme nomenclatura da época, a classificação das escolas, de acordo com as localidades, cidades, vilas, povoados e bairros, e o nível de formação dos professores determinavam vencimentos diferenciados, oscilando entre 900 mil réis e 1:500 contos de réis. Além disso, passaram a variar as previsões anuais dos aluguéis de casas escolares conforme as localidades, com valores de 36 mil a 240 mil réis.

A oscilação das despesas dependia de várias situações, tais como contratação de professores, elevação da categoria funcional e aluguéis que variavam conforme as alterações na categoria das localidades que passavam de freguesia a vila ou de vila a cidade, resultando no aumento de vencimentos e aluguéis. O mobiliário e o material escolar, também previstos no orçamento, eram calculados no valor de 8.000 mil réis. Apesar dessas despesas era a folha de pagamento que absorvia a maior parte dos recursos.

Os acontecimentos políticos, como a abolição da escravatura, a Proclamação da República, as divergências políticas e a Revolução Federalista que ocorreram nessa fase, impossibilitaram a adoção de medidas mais eficientes para o ensino, tanto que Francisco Xavier da Silva, eleito governador do Estado, e Vicente Machado, vice-governador pelo Partido Republicano, no pleito eleitoral de 1892, pouco puderam realizar. Em 1893, tinha início, no Rio Grande do Sul, o movimento revolucionário que envolveria o Paraná no conflito, a Revolução Federalista. Articulada à Revolta da Armada deflagrada no Rio de Janeiro, a revolução gerou um clima de instabilidade e tensões sociais e afastou, temporariamente, o governo instituído. A reação das forças legais devolveu ao Estado a tranquilidade, e o retorno do governo legal permitiu o encaminhamento das atividades administrativas (OLIVEIRA, 1994).

Com a volta à normalidade, houve a aprovação da Constituição Estadual e de novo Regulamento para a Instrução Pública, ambos em 1892, com base

numa receita orçamentária que garantiu o andamento das atividades públicas (PARANÁ [Estado], 1892).

De acordo com a lei que estabeleceu a reforma de ensino, estratégias para a captação de recursos foram formuladas: uma pelo Fundo Especial do Ensino Público, cuja finalidade era premiar autores de obras didáticas com verbas ligadas ao orçamento do Estado, e outra como donativos e produto de multas impostas aos delegados literários que desrespeitassem algum dispositivo. A primeira verba foi viável, mas a segunda revelou-se duvidosa, porque envolvia denúncia da Superintendência ou por parte dos professores. Com essa verba, fundou-se também um asilo para meninos, na Capital, com uma seção para meninos pobres que quisessem continuar os estudos no Ginásio e na Escola Normal.

Outra estratégia foi a criação de “caixas escolares”, sob a responsabilidade das Câmaras Municipais, com verbas ligadas à renda municipal resultante de multas, donativos e auxílio do governo, após verificação da freqüência escolar. O incentivo à freqüência exigia dos municípios o envolvimento com a educação para garantir-lhes verba destinada pelo Estado. Com as caixas escolares, o governo pôde transferir parte da responsabilidade com o ensino para os municípios, num processo de descentralização do poder, justificado pela proximidade dos elementos municipais na solução dos problemas escolares locais.

Caberia à caixa custear recursos materiais, fornecer vestuário para crianças pobres, criar aulas noturnas e subsidiar escolas particulares, e aos municípios, prestar contas ao governo. Essas medidas demonstravam preocupação com o ensino público, uma vez que, do total de 14,4% da receita tributária investida, 11,9% eram canalizados para o ensino primário que envolvia contratação de professores, criação de novas escolas, pagamento de aluguéis, aquisição de mobiliário e material escolar que o ensino secundário não exigia.

Os assuntos ligados a outros serviços contavam com verbas significativas, haja vista a destinação de 18% da renda estadual à Força Pública, que consumiu 19,3% desse montante na confecção de fardas, no pagamento de soldo e na forragem para animais. Nesse sentido, a dotação de recursos para a instrução pública não ficou muito aquém das despesas do governo com outros setores, como ocorreu com a Força Pública e as Obras Públicas.

As perspectivas para 1893, entretanto, não se mostraram tranqüilas, tendo em vista a Revolução Federalista que irrompera no Sul. Apesar das dificuldades financeiras do governo, houve abertura de créditos suplementares, inclusive um de 182 mil e 100 réis para a Instrução Pública e outro de 1:200 contos de réis para a Escola da Comuna Alemã, que não constava na receita orçamentária de 1892 (PARANÁ [Estado], 1894a).

A instrução teve sua despesa aumentada, devido à nova tabela de vencimentos que se apoiou no escalonamento dos professores em cinco classes, vinculando-os ao número de alunos aprovados em exames. A idéia pouco original tornava o professor dependente do aproveitamento dos alunos, que, em sua maioria, apresentavam baixo rendimento escolar. Dessa maneira, escapava do professor o resultado de seu trabalho. A preocupação reinou entre os professores ante a falta de assiduidade dos alunos e seu pouco rendimento nos estudos. Os resultados nos exames eram desanimadores e, em geral, o aluno levava três anos para ser promovido de classe (WACHOWICZ, 1981). Apesar desses inconvenientes, os vencimentos permaneceram ligados ao escalonamento em classes, e a ascensão funcional continuou a ser feita de uma classe a outra, conforme o adiantamento dos alunos. Se, por um lado, pretendia-se o controle dos vencimentos, por outro, exigia-se mais empenho do professor.

Às despesas com vencimentos adicionavam-se aquelas com aluguéis, pois a falta de prédios próprios para escolas gerava gastos em, praticamente, todas as localidades. A única exceção era Curitiba (PR) com duas escolas em

prédios próprios, construídos ainda no período provincial. As demais escolas estavam instaladas em casas alugadas.

Para resolver o problema de infra-estrutura, a estratégia do governo foi solicitar às sociedades e às empresas que auxiliassem a educação com a construção de prédios para as escolas. Essa iniciativa levou a Sociedade Propagadora de Erva-Mate a construir um prédio escolar, em Curitiba. Donativos particulares e verbas do Município de Paranaguá (PR) possibilitaram a construção de um prédio nessa cidade, onde funcionou a escola “Benjamin Constant” (PARANÁ [Estado], 1894b; 1894c). Outra estratégia foi a criação de escolas subvençionadas que, nos centros urbanos, funcionaram em prédios alugados e, nas colônias, em casas construídas pelos colonos e equipadas com material adquirido pela comunidade, com auxílio do governo.

Dessa maneira, só com vencimentos e subvenções, o governo despendeu 200:000 contos de réis, em 1894, mais 19:320 contos de réis com aluguéis e 8:000 contos de réis com mobílias. Em relação às despesas gerais, estas se elevaram para 230:160 contos de réis, em decorrência da inclusão dos ordenados dos delegados do ensino primário.

Apesar de constarem despesas com o material escolar na receita para a instrução pública (PARANÁ [Estado], 1889-1930), muitas escolas não contavam com esse recurso, pois o fornecimento pelas caixas escolares ainda não havia ocorrido, provocando reclamações dos professores. A falta de mobília e material levou os professores a comprar equipamentos para serem, mais tarde, resarcidos pelo Estado.

Em 1894, grandes perturbações políticas foram desencadeadas com a entrada dos revolucionários na capital paranaense. A intranqüilidade política e administrativa afetou a normalidade das atividades públicas e resultou no decreto que prorrogou a lei orçamentária de 1893 para aquele ano. Em dezembro, o governo concedeu um crédito suplementar à Instrução Pública, no valor de 61 mil e 840 réis, para as despesas excedentes (PARANÁ [Estado], 1929b).

Com a expulsão das tropas revolucionárias, a vida administrativa retomou seu andamento normal, e o governador Xavier da Silva reassumiu o poder. A lei orçamentária para 1895 foi dotada de valores superiores, garantindo 290:680 contos de réis à instrução pública. Nesse ano, a rede escolar foi ampliada, totalizando 226 escolas, das quais 196 estavam lotadas de professores. Com a ampliação da rede, as subvenções foram suspensas e o governo passou a investir na criação de mais escolas públicas, embora sem grande êxito na sua total lotação.

A expansão da rede implicou a elevação das despesas com o ensino público primário. As caixas escolares não produziram os resultados pretendidos, e as escolas continuaram dependentes dos recursos da receita de impostos, mal providas e sem material suficiente para distribuir entre crianças pobres (PARANÁ [Estado], 1894b; 1894c). O aumento das despesas foi compensado com a rescisão dos contratos de subvenções que eximiram o governo de aluguéis e fornecimento de material.

O governo voltou a insistir na Taxa Escolar, que foi decretada novamente (PARANÁ [Estado], 1896?), com arrecadação pelas Coletorias do Estado que seria repassada para a Instrução Pública pela Secretaria de Finanças.

A situação funcional do professorado não normalista sofreu alterações no Regulamento de 1895, passando para três classificações: primeira, segunda e terceira classes, fixando-se, respectivamente, vencimentos de 1:500, 1:900 e 2:300 contos de réis. O privilégio dos normalistas, porém, era mantido, com vencimentos no valor de 2:800 contos de réis.

Tal classificação vinculou-se ao tempo de serviço no magistério, não mais considerando a aprovação de alunos. A estrutura financeira da folha de pagamento passou a considerar as seguintes categorias: professores de primeira classe com até dez anos de serviço; de segunda, com 10 a 20 anos, e de terceira classe, com mais de 20 anos. Os habilitados em concurso público, além de poderem ingressar na Escola Normal, receberiam gratificações já incorporadas aos vencimentos.

Apesar de o ensino primário continuar consumindo a maior parcela da verba destinada à instrução pública, com percentuais acima de 80%, nem assim conseguiu obter resultados positivos quanto ao preenchimento das vagas existentes no magistério.

A partir de 1896, a economia paranaense começou a ganhar impulso, refletindo-se na receita estadual e possibilitando maiores investimentos em obras públicas, força pública e instrução pública. As aplicações em obras viárias absorveram 23,8%, enquanto a instrução ficou com 12,1%.

3 Novas políticas e crescimento demográfico no século XX

A tendência de contenção de gastos foi até 1900, quando o governo passou a investir, de maneira crescente, na instrução pública. As despesas permaneceram ligadas ao aumento do quadro do magistério, devido à gradativa expansão da rede escolar. Embora houvesse aumento da rede, não se constatou o mesmo fenômeno em relação ao número de professores. Perdurou o problema: falta de professores para preencher vagas existentes e escolas inoperantes, criadas por força da lei. A defasagem entre escolas lotadas e vagas acentuou-se em 1903, sendo apontada como causa principal “[...] a escassez de dotação na respectiva verba da lei orçamentária em vigor [...]” (PARANÁ [Estado], 1904, p. 10). Apesar dos problemas, a instrução pública, a partir de 1900, voltou a ocupar lugar de destaque na previsão orçamentária.

A Secretaria de Obras Públicas sofreu restrições e o Serviço Sanitário não esteve entre os mais cotados, apesar das campanhas sanitárias e de higiene com cartazes junto à população e às escolas.

A canalização de recursos para a Instrução Pública tornou-se mais significativa depois de 1902, em razão da aprovação do seu regulamento, em 1901 (PARANÁ [Estado], 1902), quando foram estabelecidos dispositivos

implementados por leis especiais. A expansão da rede escolar foi determinante para que a instrução pública tivesse aumento de verbas. O aumento do número de escolas foi tão acentuado que ultrapassou os limites estipulados pelo regulamento, que fixara o número de escolas por localidade. Em 1902, os gastos com vencimentos atingiram 310:000 contos de réis; no ano seguinte, elevaram-se para 370:000 contos de réis. No entanto, o ingresso do número mais elevado de professores normalistas no magistério público contribuiu para onerar a folha de pagamento, à época com 37 profissionais. O incentivo para o ingresso de jovens na Escola Normal constituiu-se numa das razões para tal ônus. Além disso, verificou-se que houve afluência de moças à Escola, indicando que, num futuro próximo, seria marcante a presença feminina no ensino primário, tanto que, em 1906, o número de normalistas foi de 55 e, em 1907, de 51 professoras (PARANÁ [Estado], 1907a; 1907b).

Cabe ressaltar que a despesa com as normalistas chegou a 154:000 contos de réis, enquanto os gastos com 92 professores de primeira classe, em 1906, foram de 138:000 contos de réis. No ano seguinte, o governo gastou 142:900 contos de réis com normalistas e 147:000 contos de réis com os professores de primeira classe. Proporcionalmente, os normalistas foram mais onerosos que os professores das classes funcionais. Em compensação, garantia-se melhor qualidade de ensino, fator preocupante das autoridades (PARANÁ [Estado], 1912a; 1912b).

A responsável pelo incentivo ao ingresso na Escola Normal, com a garantia de boas remunerações, foi a receita estadual que, em 1905, teve a arrecadação aumentada em decorrência da exportação do mate e da cobrança do imposto territorial implantada no governo de Vicente Machado. A permanência de altos valores arrecadados permitiu a contratação de novos professores e sua elevação funcional para a categoria de normalistas que, em 1907, contava com 51 profissionais e, em 1910, passou a ter 100 normalistas (PARANÁ [Estado], 1913a).

A arrecadação do governo, em 1910, alcançou índices expressivos para sua aplicação em diversos setores, entre os quais os de Obras Públicas e Instrução Pública, com a construção de prédios para grupos e casas escolares e a subvenção a professores particulares, que fora reimplantada no ano anterior. Outro aspecto oneroso foi o aumento do número de normalistas que, de 71, em 1908, saltou para 134, em 1912, recebendo, cada professor formado, o equivalente a 2:800 contos de réis anuais, enquanto os de terceira classe recebiam 2:300 contos de réis; os de segunda, 1:900, e os de primeira, 1:500 contos de réis (PARANÁ [Estado], 1909a; 1909b; 1913b).

Em 1910 e nos anos subseqüentes, a destinação de verbas à Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública passou a apresentar, para a instrução pública, índices elevados, em torno de 28 a 29%, em razão do aumento da folha de pagamento por conta do número crescente de professores formados e de ascensões funcionais. No entanto, a primeira classe foi a que sempre contou com maior número de professores, o que garantiu uma folha menos exorbitante.

Apesar do aumento de escolas e professores, ainda persistiu a existência de escolas vagas. Todavia, o que repercutiu no aumento da folha de pagamento foi o ingresso de normalistas no magistério, para ocupar regências nos grupos escolares, no momento que a organização escolar paulista, considerada modelo, demonstrava, na prática, bons resultados no processo de ensino e aprendizagem com a qualificação dos professores.

A destinação de verba para instrução pública foi, entretanto, superada por aquela destinada à Força Pública, em torno de 33 a 34,8%, para a manutenção das tropas envolvidas no conflito armado no Contestado, tanto que, após 1915, quando foram contidos os rebeldes na região, a destinação de verbas para fins militares sofreu redução gradativa. O Serviço Sanitário ainda não era prioridade na destinação de verbas, permanecendo com índices não superiores a 2,2%, desde 1898. Nos anos seguintes a 1910, os gastos com saúde pública foram ainda restritos. Os valores mais substanciais só se verificaram

após 1914, quando o governo empreendeu a inspeção sanitária e investiu nas campanhas de vacinação (PARANÁ [Estado], 1915, 1922-29).

O arrendamento da Estrada de Ferro do Paraná ao engenheiro Carlos Westerman, mantido entre 1905 e 1910, quando o contrato atingiu o valor de 4.053:399 contos de réis (PARANÁ [Estado], 1906-1911), contribuiu para a elevação da arrecadação do Estado. Esse aumento permitiu ao Estado arrecadar impostos sobre a patente comercial e a exportação da erva-mate, consideradas as mais importantes.

No ano financeiro de 1919-1920, a receita, porém, foi desfavorável ao governo, o que repercutiu no repasse de verbas para as secretarias, que ficaram bem abaixo dos valores destinados aos setores que estavam subordinados a eles. Foi a partir de 1920 que a receita estadual atingiu índices expressivos, permitindo o resarcimento, pelo governo, de dívidas contraídas para atender a gastos públicos. As rubricas mais expressivas da receita orçamentária começaram a apresentar valores crescentes, o que garantiu a arrecadação de 17.000:000 contos de réis (PARANÁ [Estado], 1920).

O processo de desenvolvimento industrial e comercial que, nesse momento, tomou conta do Estado fez a arrecadação aumentar com a entrada de outras fontes de recursos oriundas de novos impostos. O crescimento das cidades e de outros locais, decorrente da ocupação de novas áreas produtivas, concorreu para a mudança do cenário econômico e urbanístico das localidades.

O crescimento demográfico, conforme o censo de 1920, acusou um aumento de 435 mil habitantes em relação aos 250 mil existentes em 1890 (MARTINS, 1939). O aumento deveu-se, principalmente, à imigração de europeus e asiáticos que se somaram à população já existente. A entrada dessas pessoas dedicadas ao comércio e à lavoura propiciou maior movimentação nas atividades comerciais e na pequena economia produtiva do Estado. A criação de novos estabelecimentos comerciais gerou, em parte, o aumento da receita de impostos, proporcionando investimentos urbanísticos nas cidades.

Além da imigração, o processo migratório também influiu no crescimento populacional e, conseqüentemente, no desenvolvimento das atividades comerciais e produtivas do Estado. A ocupação de áreas ao Norte originou-se desse processo, ainda pouco expressivo, no início do século.

Outro aspecto a ser considerado na receita de impostos foi o aumento da arrecadação proveniente de heranças, legados etc., a partir de 1912, em razão da divisão de grandes propriedades rurais entre herdeiros, principalmente na região do Paraná tradicional. O aluguel de invernadas para o gado às tropas vindas do Sul, que se processava desde o período provincial, deu lugar ao abandono das fazendas, que acabaram partilhadas entre herdeiros, gerando, inicialmente, em pequenas parcelas, uma nova forma de tributação. A decadência daquela atividade, em virtude do avanço das linhas férreas, ligando o Sul a São Paulo, por onde se passou a fazer o transporte de gado, provocou a desativação das propriedades e a partilha dos bens. Em 1912, os impostos sobre heranças alcançaram 736:198 contos e 662 réis. Daí para frente, embora com algumas variações, os valores mantiveram-se elevados. A participação desses impostos na receita do Estado teve subjacentes ligações diretas de âmbito social, repercutindo no quadro da sociedade paranaense e interferindo em sua transformação (PARANÁ [Estado], 1913a).

A taxa escolar, que tivera suas raízes no período provincial, mas que, na verdade, nunca chegara a ser empregada na aquisição de material escolar, deixou de figurar, em 1915, entre as rubricas da receita estadual. Por esse motivo, ela não foi responsável pelo equipamento das escolas, que continuou dependente da distribuição da receita.

A canalização de recursos para a instrução pública proveio da receita de impostos, com parcelas expressivas para instrução primária, tendo em vista o volume das despesas que se concentraram, principalmente, na folha de pagamento dos professores. À medida que o quadro do magistério passou a contar com professores normalistas, os gastos foram aumentando, notadamente com a criação dos grupos escolares, regulamentados pelos Códigos de 1915 e 1917

(PARANÁ [Estado], 1915, 1917). Neste último ano, o Paraná enfrentou a decisão final sobre a questão de limites com Santa Catarina. As despesas do governo foram expressivas, em 1915, quando o Paraná conseguiu encerrar o episódio do Contestado. A esses problemas somaram-se as restrições econômicas, originadas pela Primeira Guerra, com sérias consequências no custo de vida das populações.

A situação do pós-guerra acabou beneficiando o governo, que aumentou a exportação de seu principal produto, a erva-mate. De maneira geral, o excedente (*superávit*) que se verificou na receita estadual, na década de 1920, garantiu ao governo de Caetano Munhoz da Rocha, em seus dois mandatos, uma administração próspera, marcada por empreendimentos em diversos setores. A Instrução Pública, um dos segmentos beneficiados, pôde promover a campanha em torno da alfabetização, com controle eficaz na freqüência escolar. As verbas destinadas à Secretaria de Obras Públicas, por sua vez, favoreceram a construção de vários prédios escolares voltados para o funcionamento de grupos e escolas isoladas.

As receitas no setor de produção tornaram-se tão vantajosas que, na década de 1920, a destinação de verbas para aquisição de mobílias e de material escolar elevou-se significativamente. Esse aumento foi tão expressivo que, após 1925, foram adquiridas, em maior quantidade, carteiras dos Estados Unidos e outros equipamentos, destinados, inicialmente, aos grupos e às escolas mais importantes. Boa parte das escolas isoladas, porém, ainda se manteve desfalcada de recursos materiais modernos, permanecendo com seus antigos equipamentos.

Por volta de 1929-1930, a verba destinada à instrução pública foi a mais elevada, em torno de 4.155:116 contos e 725 réis, com grande parte dessa receita destinada aos vencimentos dos professores. Basta ver que, em 1931, os gastos com a folha de pagamento foram orçados em 3.363:180 contos de réis (PARANÁ [Estado], 1929-1930).

4 Considerações finais

A destinação de recursos financeiros para o ensino no Paraná foi, até certo ponto, considerável em comparação com outros setores, como o de Obras Públicas, em que os investimentos na malha viária foram dispendiosos. No entanto, não foi rapidamente que o governo conseguiu estabelecer vias de comunicação razoáveis com o norte produtor e com o sudoeste para facilitar o escoamento da erva-mate e da madeira, e mesmo do café, que, a partir de 1919, começou a despontar na receita estadual, conforme afirma Wachowicz (1981). Como as verbas para o ensino ficaram atreladas à receita de impostos, passaram a sofrer oscilações com o volume da arrecadação e a aplicação dos recursos em outros setores, como assentamento de colonos, construção e recuperação de estradas, equipamentos militares e serviço sanitário até 1930.

A destinação irregular de verbas, em razão do endividamento do Estado, foi prejudicial à instrução pública. Nos primeiros anos de Governo, principalmente entre 1890 e 1910, como se observa nas receitas e nas despesas do governo nos exercícios financeiros, entre 1889 e 1930 (PARANÁ [Estado], 1889-1930), o fornecimento irregular de mobílias e material escolar para escolas isoladas repercutiu no quadro do magistério. As carências foram atenuadas após insistentes pedidos dos professores e comunidades para a liberação de verbas, em quase todo o período de 1890 a 1930. Apesar de tudo, a instrução pública continuou a fazer parte das despesas do governo com parcelas, cujos montantes evidenciaram a preocupação das autoridades com esse ramo do setor público, até porque havia o intuito de ampliar a rede de escolas públicas do Estado, para beneficiar tanto a população mais pobre quanto os imigrantes de diversas origens que, aos poucos, foram ocupando as terras paranaenses. A necessidade premente de integrar os estrangeiros à nova pátria levou as autoridades, desde o período provincial, quando iniciou

a entrada de levas de imigrantes no Paraná, a investir na educação como instrumento facilitador de adaptação e de assimilação cultural.

A atual concepção de oportunidades educacionais ainda não prevalecia no século XIX; as pretensões da época voltavam-se para a elevação do nível cultural da população em geral, como forma de garantir maior desenvolvimento ao país e ao Estado. Apenas no decorrer do século XX é que se desenvolveu a idéia de oportunidades educacionais, quando informações estatísticas revelaram os altos índices de crianças fora do ambiente escolar. Só então, efetivamente, com o objetivo de superar esse problema, os governos passaram a investir em programas e projetos para viabilizar, em menos tempo e em maior quantidade, o ingresso do maior número possível de crianças no meio escolar.

STATE GOVERNMENT OF PARANÁ: POLITICS AND INVESTMENTS ON EDUCATIONAL PUBLIC SYSTEM (1889-1930)

The study on the investments of State Government of Paraná on the public instruction, between 1889 and 1930, was become fulfilled by means of the survey of the prescription and the expenditure of the State and the headings of taxes that had intervened the forecasts for the education and the social and economic investments. The research appealed to bibliographical sources and originals registers making use on the historical and comparative methods, and searched to analyze the economic-financiers relations of the State with the education and the legislation to understand the organization and the educational dynamic in the beginning of century XX.

KEY WORDS: Education. Financing. Government. Investment.

Referências

- MARTINS, R. *História do Paraná*. 1. ed. Curitiba: Guaíra, 1939.
- MELCHIOR, J. C. de A. *A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil*. 1981. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- OLIVEIRA, M. C. M. de. *Ensino primário e sociedade no Paraná na Primeira República*. 1994. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- PARANÁ (Estado). Ato de 30 de março de 1891. Aprova o regulamento da Instrução Pública. In: PARANÁ (Estado). *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1890-1992*. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1911.
- PARANÁ (Estado). Constituição Política do Estado do Paraná, em 7 de Abril de 1892. In: PARANÁ (Estado). *Constituição Política, Leis, Decretos, Regulamentos e Actos do Estado do Paraná, 1890-1892*. Curitiba: Typ. d' A República, 1892.
- PARANÁ (Estado). Decreto nº 5, de 20 de dezembro de 1889. Lei orçamentária do Estado do Paraná. In: PARANÁ (Estado). *Collecção de Leis, Decretos e Regulamentos da Ex. – Província e do Estado do Paraná em 1889*. Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1912a.
- PARANÁ (Estado). Decreto nº 8, de 21 de fevereiro de 1893. Abertura de crédito para a Instrução Pública. In: PARANÁ (Estado). *Constituição Política, Leis, Decretos, Regulamentos e Actos do Estado do Paraná, 1893*. Curitiba: Typ. d' A República, 1894a.
- PARANÁ (Estado). Decreto nº 31, de 29 de janeiro de 1890. Aprova o regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. In: PARANÁ (Estado). *Constituição Política, Leis, Decretos, Regulamentos e Actos do Estado do Paraná, 1890-1892*. Curitiba: Typ. d' A República, 1929a.
- PARANÁ (Estado). Decreto nº 93, de 11 de março de 1901. Aprova o regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. In: PARANÁ (Estado). *Constituição Política, Leis, Decretos, Regulamentos e Actos do Estado do Paraná, 1901*. Curitiba: Typ. d' A República do Ahú, 1902.
- PARANÁ (Estado). Decreto nº 17 de janeiro de 1917. Código de Ensino. In: PARANÁ (Estado). *Coleção de Decretos e Regulamentos de 1917*. Curitiba: Typ. da República, 1917.

PARANÁ (Estado). Decreto nº 42, de 2 de janeiro de 1895. Arrecadação do imposto da Taxa Escolar. In: PARANÁ (Estado). *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1895-1896*. Curitiba: Typ. Da Penitenciária, 1896?

PARANÁ (Estado). Decreto nº 710 de 18 de outubro de 1915. Código do Ensino. In: PARANÁ (Estado). *Coleção de Decretos e Regulamentos de 1915*. Curitiba: Typ. da República, 1915.

PARANÁ (Estado). Lei nº 123, de 21 de dezembro de 1894. Orça a receita e despesa para 1895. In: PARANÁ (Estado). *Constituição Política, Leis, Decretos, Regulamentos e Actos do Estado do Paraná, 1894*. Curitiba: Typ. d' A República, 1929b.

PARANÁ (Estado). Lei nº 644, de 4 de abril de 1906. Lei orçamentária do Estado do Paraná. In: PARANÁ (Estado). *Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná de 1906*. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Ahú, 1907a.

PARANÁ (Estado). Lei nº 729 de 5 de abril de 1907. Lei orçamentária do Estado do Paraná, 1907-1908. In: PARANÁ (Estado). *Leis e resoluções de 1907*. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1912b.

PARANÁ (Estado). Lei nº 808, de 5 de maio de 1908. Lei orçamentária do Estado do Paraná. In: PARANÁ (Estado). *Leis e resoluções de 1908*. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1909a.

PARANÁ (Estado). Lei nº 1.237, de 2 de maio de 1912. Lei orçamentária do Estado do Paraná. In: PARANÁ (Estado). *Leis e resoluções de 1912*. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1913a.

PARANÁ (Estado). Lei nº 893 de 15 de abril de 1909. Receita do Estado para o exercício financeiro de 1909-1910. In: PARANÁ (Estado). *Leis e decretos não sancionados, 1909*. Curitiba: Typ. da República, 1909b.

PARANÁ (Estado). Lei nº 976 de 9 de abril de 1910. Receita do Estado para o exercício financeiro de 1909-1910. In: PARANÁ (Estado). *Leis e decretos não sancionados, 1910*. Curitiba: Typ. da República, 1913b.

PARANÁ (Estado). Leis orçamentárias do Estado do Paraná. Leis dos exercícios financeiros de 1889-1929. In: PARANÁ (Estado). *Coletânea de Leis do Estado do Paraná*. Curitiba: 1889-1930.

PARANÁ (Estado). *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima Presidente do Estado ao instalar-se a 2^a Sessão da 8^a Legislatura, em 1º de fevereiro de 1907*. Curitiba: Annibal Rocha & C., 1907b. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/msg1907_p.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2006.

PARANÁ (Estado). *Relatório apresentado [...] pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva Superintendente Geral do Ensino Público do Estado em 1º de Novembro de 1893*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1894b.

PARANÁ (Estado). *Relatório apresentado ao [...] Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do Estado do Paraná por Caetano Munhoz da Rocha em 29 de Setembro de 1894*. Curitiba: Typ. Imprensa Paranaense, 1894c.

PARANÁ (Estado). *Relatório apresentado ao Sr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, Diretor geral da Instrução Pública em 31 de Dezembro de 1903*. Curitiba: Typ. d'A República, 1904.

WACHOWICZ, L. A. *Relação professor/Estado. Estudo da política elaborada para o magistério no Paraná de 1853 a 1930*. 1981. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1981.

A
R
T
I
G
O
S

Recebido em 3 ago. 2006 / aprovado em 11 set. 2006.

Para referenciar este texto

OLIVEIRA, M. C. M. de. Políticas e investimentos do Governo do Paraná na rede pública de ensino (1889-1930). *EccoS*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 385-405, jan./jun. 2006.